



COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR
ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE INTEGRAÇÃO
DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-GERCO)

Sala de Reuniões da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
Brasília, DF, 13 de novembro de 2007. Horário: 14:30 às 18:00 horas

Coordenação da Reunião: Ademilson Zamboni / Celso Moraes Peixoto Serra

ÓRGÃO	PARTICIPANTE(S)
ABEMA	Andrea Olinto
ANTAQ	Marcos Maia Porto
EMA	Marcos Almeida Márcio Pereira Rippel
IBAMA	Vaneide Ramos de Lima
MDIC	Eduardo Von Glehn Nobre
MMA	Ademilson Zamboni João Luiz Nicolodi Lorenza Alberici da Silva
MME	Antônio Edson Guimarães Faria
MRE	Rafael Porto Santiago Silva
MT	Edson de Oliveira Vianna Jr
MTur	Ricardo de Sousa Mendes
ONG	Mauro Figueiredo
OEMAS- Coordenações Estaduais do GI-GERCO	Lina Maria Aché
PETROBRAS	Gabriela Varela Dias
SECIRM	Celso Moraes Peixoto Serra
SPU/MP	Cristiane Guinancio

ITENS DA AGENDA:

1. ABERTURA

Expressando boas vindas a todos, o representante da SECIRM, Comandante Celso Serra, iniciou a 31ª Sessão Ordinária do GI-GERCO. Em seguida, passou a palavra e a coordenação da Sessão ao representante do MMA, Ademilson Zamboni, que também desejou boas vindas, agradeceu a presença de todos e apresentou as duas novas representantes da ABEMA e do Grupo de Integração dos Estados, que representa as Coordenações Estaduais de Gerenciamento Costeiro.

Após se apresentar, a representante do Grupo de Integração dos Estados (GERCO Estaduais), Lina Maria Aché, antecipou-se na sugestão de que fosse incluída na Agenda a discussão da proposta de um grupo de trabalho para a elaboração de diretrizes para estudos sobre obras civis em áreas sujeitas à erosão costeira.

2. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

2.1. Adoção da Agenda

A Agenda foi aprovada na íntegra, sendo incluída na pauta, a proposta da representante dos GERCO Estaduais (item 3.2. da nova agenda).

2.2. Aprovação da Ata da Sessão Anterior

Salvo o apontamento dos representantes do EMA- Marinha, a Ata da 30ª Sessão Ordinária foi aprovada sem grandes modificações.

3. NOTÍCIAS / OUTROS ASSUNTOS

Foram apresentados os seguintes assuntos para deliberação: Monitoramento da Qualidade da Zona Costeira e Marinha, Estudos para a elaboração de diretrizes para obras em áreas sujeitas à erosão costeira, Agenda Ambiental Portuária, Projeto Orla, Câmara Técnica para Integração da Gestão de Bacias Hidrográficas e Zona Costeira e comemoração dos 20 anos da Lei do Gerenciamento Costeiro (7661/88).

3.1. Monitoramento da Qualidade da Zona Costeira e Marinha

João Luiz Nicolodi, técnico especializado da Gerência de Qualidade Costeira e do Ar fez uma apresentação sobre o tema, enfatizando os seguintes aspectos:

a) os marcos legais: a Lei 7661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e o Decreto 5300/04, que estabelece as competências do MMA e do IBAMA para propor normas para o monitoramento da qualidade da zona costeira brasileira;

b) a necessidade da implementação do Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira e do Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira.

c) A questão do monitoramento ambiental como integrante da linha de ação número 3 do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF)- Controle e Monitoramento.

Na conclusão de sua fala, João destacou a importância de um Sistema Nacional de Monitoramento e seu respectivo Relatório de Qualidade Ambiental e a necessidade de ativação do Comitê de Articulação de Monitoramento da Zona Costeira, previsto no PAF, o qual engloba o MMA, O IBAMA, MME, SEAP/PR, ABEMA, ANAMA e o CNPq.

Ao questionar os presentes sobre a inclusão de mais alguma entidade ao Comitê de Articulação, foi sugerido que as Fundações Estaduais de Amparo e Pesquisa, a exemplo do CNPq, também fossem convidadas a participar.

Zamboni reforçou que a construção de uma Agenda Ambiental do Petróleo constitui uma iniciativa importante que pode contribuir para o monitoramento ambiental das atividades ligadas ao setor, cujo impacto para os recursos naturais é muito alto. Falou, ainda, sobre o PROMINP, Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás, e as perspectivas de uma expressiva expansão do setor, tendo em vista as recentes descobertas de novas reservas de petróleo e gás nas regiões sudeste e nordeste do país e identificação do referido Programa como oportunidade para avançar nas questões do Monitoramento.

O Comandante Serra sugeriu a realização de uma reunião do Comitê de Articulação, que está sob a coordenação do IBAMA.

A representante do IBAMA, Vaneide Lima, comentou que existem dois técnicos na Diretoria de Qualidade Ambiental do IBAMA designados para trabalhar diretamente na elaboração

do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente. Vaneide ficou encarregada de fazer os contatos necessários e do agendamento da reunião no âmbito do referido Comitê de Articulação.

O representante do Ministério dos Transportes, Edson Vianna, falou da importância de um sistema de informações ambientais unificado ou integrado para o setor portuário, de modo a agilizar os processos de licenciamento.

Zamboni citou como exemplos o BANPETRO, que agrega informações do setor de petróleo e gás e o Sistema de Informações sobre Gerenciamento Costeiro e Marinho/SIGERCOM, e que concentra informações importantes para subsidiar as ações e as políticas do governo junto ao setor.

3.2. Estudos sobre Erosão Costeira

O seguinte item da pauta foi o assunto trazido pela representante do Grupo de Integração dos Estados, Lina Maria Aché, que levantou a problemática da falta de diretrizes ambientais mínimas para análise de obras na zona costeira, especialmente no processo de licenciamento, de modo a diminuir problemas de ordenamento territorial tais como ocupação em áreas de risco e construções irregulares.

A representante da ANAMMA, Andréa Olinto, reiterou a necessidade de regulamentação de critérios ambientais mínimos para obras na zona costeira, chamando a atenção para empreendimentos turísticos na orla.

O representante do Ministério do Turismo manifestou o interesse no assunto, sendo que atualmente os Programas do Ministério não contemplam os aspectos ambientais em seus projetos de fomento ao setor.

Zamboni sugeriu que o MMA se junte aos Estados para elaborar um Termo de Referência de um Seminário sobre os impactos da erosão costeira na ocupação territorial. Além dos órgãos ambientais, o Ministério do Turismo, a Secretaria de Patrimônio da União e os setores ligados aos Portos também seriam os parceiros para o Seminário. A data do Seminário será definida entre o final de fevereiro e início de março.

4. Notícias:

4.1. Apresentação da Agenda Ambiental Portuária

Marcos Maia Porto (ANTAQ), coordenador da Agenda Ambiental Portuária, apresentou o texto da Agenda e os resultados de um levantamento da atual situação ambiental dos portos brasileiros, destacando algumas informações:

- 76 % dos portos brasileiros possuem um núcleo ambiental dentro de sua estrutura organizacional;
- 50 % já possuem licença de operação;
- 54 % já foram alvo de auditoria ambiental;
- 57 % já se encontram capacitados para o manejo de cargas perigosas;
- 64 % já possuem programas de prevenção de riscos ambientais e 86 % já estão em conformidade com o ISPS Code.

Em face do exposto, a Agenda Ambiental Portuária, ainda em fase de revisão, estará aberta para contribuições ao texto até o dia 22/11.

4.2. Apresentação do projeto Orla

O Coordenador, Ademilson Zamboni, apresentou as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Articulação do Projeto Gestão Integrada da Orla, que tem como objetivo a integração dos aspectos ambientais e patrimoniais no ordenamento territorial de uma faixa específica da zona costeira.

O Projeto Orla surgiu em 2001, numa parceria entre o MMA e a SPU, tendo como embasamento legal, além dos marcos que regulam a política de gerenciamento costeiro, o Decreto 3.725/2001, que regulamenta a Lei 9636/98, que dispõe sobre a regularização, administração,

aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União. O artigo 18 do referido Decreto versa sobre a reserva de áreas do Patrimônio da União para ações de gestão ambiental e de medidas de compensação.

Participam do Projeto Orla, além do MMA e da SPU, o IBAMA, Ministérios das Cidades e do Turismo, SEAP, ANTAQ, ABEMA, ANAMA e Sociedade Civil Organizada.

Zamboni apresentou um histórico das últimas reuniões do Comitê de Articulação do Projeto Orla:

- Definição de áreas piloto para articulação de políticas para o planejamento de atividades decorrentes dos vetores de desenvolvimento no litoral da Bahia;
- Definição da matriz dos programas e investimentos do Governo Federal;
- Construção de mecanismos para integração das ações do Projeto Orla: medidas compensatórias no processo de licenciamento, controle social no acompanhamento das condicionantes das licenças expeditas, garantir à população local o acesso às informações em todas as etapas do processo de licenciamento por meio do Comitê Gestor local, apoio ao processo de regularização fundiária de comunidades pesqueiras nos processos de licenciamento ambiental de atividades de óleo e gás.
- Integração entre o Projeto Orla e o Plano Diretor Participativo;
A seguir, Zamboni destacou ao Protocolo de Intenções da Agenda do Projeto Orla com o Ministério das Cidades e as ações estratégicas de gestão originadas no *II Workshop sobre Diretrizes Técnicas e Institucionais para o Gerenciamento Costeiro*:
 - Diretrizes para integração com os Parques Aquícolas e PLDM;
 - Regularização fundiária em áreas da União em comunidades tradicionais;
 - Estabelecimento de mecanismos para operação dos instrumentos de gestão e planejamento no fortalecimento de políticas;
 - Adaptação as mudanças climáticas;
 - Ação conjunta com a SPU para acessibilidade às praias.

4.3. Proposta de Resolução do CTCOST para integração dos Planos de Recursos Hídricos para o Gerenciamento Costeiro

Foi apresentada como informe, o andamento dos trabalhos da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e da Zona Costeira/CT COST, que evoluiu para a revisão da Resolução de nº 17 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que deverá incluir aspectos pertinentes à zona costeira nos Planos de Bacias Hidrográficas.

Foi ressaltado ainda que essa proposta seguirá para a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais e, posteriormente, ao Plenário do CNRH.

4.4. Comemorações Alusivas aos 20 Anos da Lei do Gerenciamento Costeiro

Em 2008, a Lei do Gerenciamento Costeiro completará 20 anos. No mesmo ano, a Lei 9636/98 completa 10 anos e a abertura dos portos brasileiros 200.

O MMA ressaltou que o GI-GERCO e, especialmente a CIRM, deveriam se juntar em uma Agenda Comemorativa e apresentou algumas propostas surgidas no *II Workshop sobre Diretrizes Técnicas e Institucionais para o Gerenciamento Costeiro*, realizado em Foz do Iguaçu, entre os dias 22 e 24 de outubro de 2007, que reuniu as coordenações de Gerenciamento Costeiro dos 17 Estados costeiros:

a) Lançamento de Publicações:

- Macrodiagnóstico da zona costeira no Brasil na Escala da União;
- Atlas das Cartas de Sensibilidade a Óleo/SAO para as Bacias de Santos e SE/AL/PB/PE;
- Integração entre as Bacias Hidrográficas e a Zona Costeira
- GEO Zona Costeira do Brasil.

b) Seminários:

- Seminário Nacional sobre Erosão Costeira e Seminários ligados às Mudanças Climáticas

- Realização de Seminários sobre instrumentos de apoio à Gestão Costeira: Zoneamento Ecológico-Econômico, Relatório e Monitoramento da Qualidade Ambiental da Zona Costeira;
- Realização de seminários sobre os temas prioritários pertinentes à zona costeira turismo, pesca e aquicultura;

c) Eventos Estaduais:

- Lançamento do estudo “Tipificação da Orla na Bahia”
- “Fórum sobre Erosão Costeira”, em Pernambuco;

d) Outros Eventos:

- Exposição Itinerante: Zamboni sugeriu que a Marinha disponibilize um navio para que a exposição seja feita ao longo da costa brasileira
- Concursos para cartazes e monografias
- Lançamento de selo comemorativo.

4. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

- Reunião do Comitê de Articulação do Sistema Nacional de Monitoramento da Qualidade da Zona Costeira, a ser convocada pelo IBAMA.
- Preparação do “Seminário sobre Erosão Costeira”, com previsão para abril de 2008.

5. DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO

A próxima reunião está prevista para o mês de março de 2008, em data ainda a ser confirmada.